

## Estudo aponta distorções provocadas pela China no mercado de alumínio brasileiro | Revista Alumínio

Revista Alumínio - 08/01/2021

Documento elaborado pela CNI com o apoio da ABAL reforça a importância de medidas que tornem o comércio internacional justo

8 de janeiro de 2021 10:34

O crescimento da indústria chinesa de alumínio nos últimos 15 anos foi imenso: dono de 24% de tudo que era ofertado ao mercado em 2005, o país asiático foi, em 2019, responsável por 54% do metal produzido globalmente.

Mas, por traz desse avanço impressionante, existe uma série de benefícios concedidos pelo governo local, como o fornecimento de energia com subsídio e a oferta de crédito com taxas abaixo das praticadas no mercado internacional. Ações como essa afetaram os principais players do setor.

Os dados são do estudo (confira o material aqui) da Confederação Nacional da Indústria (CNI) realizado com o apoio da Associação Brasileira do Alumínio (ABAL). O documento atualiza um parecer realizado há dois anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a análise, de 2019, encomendada pela ABAL junto à Fundação Getúlio Vargas.

“O que acontece com o alumínio é um exemplo emblemático sobre a lógica produtiva da China.

Ela opera com planejamento e cria políticas de apoio à indústria que os outros países não têm e que organizações internacionais entendem que não fazem parte de um comércio justo”, ressalta Milton Rego, presidente-executivo da ABAL.

Segundo o documento, com o excesso de oferta da China, 14 países já aplicaram 34 medidas de defesa comercial contra importações do alumínio chinês. Além disso, sete países têm investigações em andamento de defesa comercial para produtos de alumínio, como o Brasil, por exemplo.

“As práticas da China para subsidiar a produção de alumínio causam danos ao comércio mundial e à concorrência saudável desse produto, inclusive no Brasil. O governo brasileiro precisa seguir o exemplo de outras economias que aplicaram medidas para combater e desencorajar essas práticas”, afirmou Carlos Eduardo Abijaodi, diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, ao jornal O Estado de S. Paulo.